Demonstrações Financeiras

Cristal Pigmentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2015 com Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Demonstrações do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Guimarães Trade Av. Tancredo Neves, 1.189 17° andar - Pituba 41820-021 - Salvador - BA - Brasil

Tel: +55 71 3501-9000 Fax: +55 71 3501-9019

ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 17 de março de 2016.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva Contadora CRC-1BA022650/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

		Contr	oladora	Cons	olidado
	Nota	2015	2014	2015	2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.522	8.787	44.886	22.804
Títulos e valores mobiliários		2.554	_	2.554	-
Contas a receber de clientes	6	83.265	64.749	96.154	69.736
Dividendos a receber	9	25.307	8.771	-	-
Estoques	7	109.977	101.187	223.876	180.375
Tributos a recuperar	8	2.140	2.391	7.960	2.470
Partes relacionadas	18	14.212	8.949	10.850	24.000
Outros ativos		2.048	2.518	2.350	2.752
		266.025	197.352	388.630	302.137
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	310	2.398	590	2.873
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	3.996	_	21.579	21.624
Depósitos judiciais	13	4.240	5.308	4.913	6.124
Crédito diversos	22	-	22.238	-	22.238
Investimentos	9	167.074	159.750	1	-
Imobilizado	10	113.348	120.173	145.593	164.990
Intangível		665	1.150	986	1.509
C		289.633	311.017	173.662	219.358

Total do ativo 555.658 508.369 562.292 521.495

Circulante Fomecedores 9.300 10.622 12.060 12.611 Empréstimos e financiamentos 11 77.141 38.640 88.780 39.250 Salários e encargos sociais 13.493 13.782 16.381 16.118 Impostos, taxas e contribuições 12 4.278 4.245 12.912 11.602 Partes relacionadas 18 86.432 51.317 9.903 7.160 Dividendos a pagar 15 5.669 5.672 5.669 5.672 Provisões 13 331 393 331 393 Outros passivos 7.208 9.105 7.407 9.280 203.852 133.776 153.443 102.086			Controladora		Consc	lidado
Circulante 9,300 10,622 12,060 12,611 Empréstimos e financiamentos 11 77,141 38,640 88,780 39,250 Salários e encargos sociais 13,493 13,782 16,381 16,118 Impostos, taxas e contribuições 12 4,278 4,245 12,912 11,602 Partes relacionadas 18 86,432 51,317 9,903 7,160 Dividendos a pagar 15 5,669 5,672 5,669 5,672 Provisões 13 331 393 331 393 Outros passivos 7,208 9,105 7,407 9,280 Não circulante Empréstimos e financiamentos 11 431 859 787 962 Impostos, taxas e contribuições 12 896 6,167 896 6,167 Provisões 13 8,574 4,747 14,407 11,736 Gastos para recuperação da mina 14 - - - 50,854 37,724 <		Nota	2015	2014	2015	2014
Pomecedores	Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Circulante					
Salários e encargos sociais 13.493 13.782 16.381 16.118 Impostos, taxas e contribuições 12 4.278 4.245 12.912 11.602 Partes relacionadas 18 86.432 51.317 9.903 7.160 Dividendos a pagar 15 5.669 5.672 5.669 5.672 Provisões 13 331 393 331 393 Outros passivos 7.208 9.105 7.407 9.280 Não circulante Empréstimos e financiamentos 11 431 859 787 962 Impostos, taxas e contribuições 12 896 6.167 896 6.167 Provisões 13 8.574 4.747 14.407 11.736 Gastos para recuperação da mina 14 - - 50.854 37.724 Patrimônio líquido 15 162.505 162.505 162.505 162.505 Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 <td< td=""><td>Fornecedores</td><td></td><td>9.300</td><td>10.622</td><td>12.060</td><td>12.611</td></td<>	Fornecedores		9.300	10.622	12.060	12.611
Impostos, taxas e contribuições 12	Empréstimos e financiamentos	11	77.141	38.640	88.780	39.250
Partes relacionadas Dividendos a pagar Dividendos a pagar Dividendos a pagar Provisões Dividendos a pagar Di	Salários e encargos sociais		13.493	13.782	16.381	16.118
Dividendos a pagar 15	Impostos, taxas e contribuições	12	4.278	4.245	12.912	11.602
Provisões 0 13 331 393 331 393 0 1 393	Partes relacionadas	18	86.432	51.317	9.903	7.160
Outros passivos 7.208 9.105 7.407 9.280 Não circulante 203.852 133.776 153.443 102.086 Não circulante Empréstimos e financiamentos 11 431 859 787 962 Impostos, taxas e contribuições 12 896 6.167 896 6.167 Provisões 13 8.574 4.747 14.407 11.736 Gastos para recuperação da mina 14 - - 50.854 37.724 Patrimônio líquido 15 15 11.773 66.944 56.589 Patrimônio líquido 15 162.505 162.505 162.505 162.505 Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - (14.596) -	Dividendos a pagar	15	5.669	5.672	5.669	5.672
203.852 133.776 153.443 102.086 Não circulante Empréstimos e financiamentos 11 431 859 787 962 Impostos, taxas e contribuições 12 896 6.167 896 6.167 Provisões 13 8.574 4.747 14.407 11.736 Gastos para recuperação da mina 14 - - 50.854 37.724 Patrimônio líquido 15 Capital social 162.505 162.505 162.505 162.505 Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820	Provisões	13	331	393	331	393
Não circulante Empréstimos e financiamentos 11 431 859 787 962 Impostos, taxas e contribuições 12 896 6.167 896 6.167 Provisões 13 8.574 4.747 14.407 11.736 Gastos para recuperação da mina 14 - - 50.854 37.724 9.901 11.773 66.944 56.589 Patrimônio líquido 15 162.505 162.505 162.505 162.505 Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820	Outros passivos		7.208	9.105	7.407	9.280
Empréstimos e financiamentos 11 431 859 787 962 Impostos, taxas e contribuições 12 896 6.167 896 6.167 Provisões 13 8.574 4.747 14.407 11.736 Gastos para recuperação da mina 14 - - - 50.854 37.724 Patrimônio líquido 15 15 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820			203.852	133.776	153.443	102.086
Impostos, taxas e contribuições 12 896 6.167 896	Não circulante					
Provisões 13 8.574 4.747 14.407 11.736 Gastos para recuperação da mina 14 50.854 37.724 9.901 11.773 66.944 56.589 Patrimônio líquido 15 Capital social 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 18.419 180.731 181.896 Neservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - (7) - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820	Empréstimos e financiamentos	11	431	859	787	962
Gastos para recuperação da mina 14 50.854 9.901 11.773 66.944 56.589 Patrimônio líquido Capital social Reservas de capital Reservas de lucros Outros resultados abrangentes Prejuízos acumulados 14 50.854 37.724 9.901 11.773 66.944 56.589 162.505 162.505 162.505 180.731 181.896 180.731 181.896 13.272 18.419 13.272 18.419 13.272 18.419 13.272 18.419 13.272 18.419 341.905 362.820 341.905 362.820	Impostos, taxas e contribuições	12	896	6.167	896	6.167
Patrimônio líquido	Provisões	13	8.574	4.747	14.407	11.736
Patrimônio líquido 15 Capital social 162.505 162.505 162.505 162.505 Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820	Gastos para recuperação da mina	14	-	-	50.854	37.724
Capital social 162.505 162.505 162.505 162.505 Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - (7) - - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820			9.901	11.773	66.944	56.589
Capital social 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 162.505 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.896 181.419 181.896 181.819 181.819 181.819 181.819 181.819 181.819 181.819 181.819 181.819 181.81	Patrimônio líquido	15				
Reservas de capital 180.731 181.896 180.731 181.896 Reservas de lucros 13.272 18.419 13.272 18.419 Outros resultados abrangentes (7) - (7) - Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820	•		162.505	162.505	162.505	162.505
Outros resultados abrangentes Prejuízos acumulados (7) - (7) - (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820	Reservas de capital		180.731	181.896	180.731	181.896
Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820	Reservas de lucros		13.272	18.419	13.272	18.419
Prejuízos acumulados (14.596) - (14.596) - 341.905 362.820 341.905 362.820	Outros resultados abrangentes		(7)	-	(7)	-
	Prejuízos acumulados		(14.596)	-		-
Total do passivo e do patrimônio líquido <u>555.658</u> 508.369 562.292 521.495	•		341.905	362.820	341.905	362.820
I otal do passivo e do patrimônio líquido 555.658 508.369 562.292 521.495						
	l otal do passivo e do patrimônio líquido		555.658	508.369	562.292	521.495

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
_	Nota	2015	2014	2015	2014
Operações continuadas	40	349,254	200 000	422.591	204.000
Receitas Custo de vendas	19 20	(371.064)	296.066 (338.108)	(391.404)	394.689
Resultado bruto	20	(21.810)		31.187	(376.899) 17.790
Resultado bruto		(21.010)	(42.042)	31.101	17.790
Despesas com vendas	21	(9.213)	(7.965)	(17.552)	(19.824)
Despesas gerais e administrativas	20	(18.535)	(16.473)	(20.279)	(19.366)
Honorários da administração	18	(2.108)	(2.667)	(2.108)	(2.667)
Resultado de equivalência patrimonial	9	32.631	38.804	-	· -
Outras receitas operacionais, líquidas	22	1.957	1.372	2.317	1.704
Resultado antes do resultado financeiro e dos					
tributos sobre o lucro		(17.078)	(28.971)	(6.435)	(22.363)
Receitas financeiras	23	6.765	5.588	9.608	7.487
Despesas financeiras	23	(5.920)	(1.750)	(9.784)	(4.695)
Variação cambial, líquida		(13.359)	` 257 [′]	(9.945)	` 789 [′]
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(29.592)	(24.876)	(16.556)	(18.782)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(92)	-	(9.088)	(10.119)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	8.776	(26.737)	4.736	(22.712)
Prejuízo do exercício		(20.908)	(51.613)	(20.908)	(51.613)
rejuize de exercicio		(=0.000)	(01.010)	(=0.000)	(01.010)
Ações em circulação no final do exercício (em					
milhares)	15				
Ordinárias		8.127	812.672		
Preferenciais Classe "A"		9.874	987.379		
Preferenciais Classe "B"		5.214	521.449		
Prejuízo básico e diluído por mil ações atribuível aos					
acionistas da Companhia durante o exercício - R\$					
Ordinárias		(0,009)	(0,022)		
Preferenciais Classe "A"		(0,009)	(0,022)		
Preferenciais Classe "B"		(0,009)	(0,022)		

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consol	lidado
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(20.908)	(51.613)	(20.908)	(51.613)
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(7)	-	(7)	-
Efeito de imposto de renda	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos_	(20.915)	(51.613)	(20.915)	(51.613)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

		Reservas de capital Reservas de lucros										
							Estatu	tárias				
	Capital social	Ágio na integralização de ações	Correção monetária especial	Isenção e redução de imposto de renda	Legal	Isenção e redução de imposto de renda	Especial para dividendos	Para aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reclassificado)	162.505	22.791	21.633	136.307	10.324	8.260	975	51.638	7.016	-	-	421.449
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.016)	-	-	(7.016)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.613)	-	(51.613)
Destinação proposta: Realização de reserva	-	-	-	-	-		-	(51.613)	-	51.613	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reclassificado)	162.505	22.791	21.633	136.307	10.324	8.260	975	25	-	-	-	362.820
Reversão de reserva (15 c) ii)	-	-	-	-	-	(6.312)	-	-	-	6.312	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.908)	(7)	(20.915)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	162.505	22.791	21.633	136.307	10.324	1.948	975	25	-	(14.596)	(7)	341.905

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais		Controladora		Consolidado		
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro Ajuste para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionals: 23.463 27.151 46.626 40.619 82.631 23.463 27.151 46.626 40.619 82.631 23.463 27.151 46.626 40.619 42.631 27.531 42.631 27.531 46.626 40.619 42.637 47.664 22.827 47.664		2015	2014	2015	2014	
Ajusta para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionalis: Depreciação e amortização Depreciação Depreciação e amortização Depreciação Depreciaçã	Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Ajusta para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionalis: Depreciação e amortização Depreciação Depreciação e amortização Depreciação Depreciaçã	Drajuíza antas dos tributos cabra a lugra	(20 E02)	(24.976)	(46 EE6)	(40.700)	
Resultado da equivalência patrimonial 32.463 27.151 46.626 40.619 1.55 1	Ajuste para reconciliação do resultado do exercício ao caixa	(29.592)	(24.876)	(16.556)	(18.782)	
Juros e variações monetárias, líquidas 715 2.804 7.064 2.827		23.463	27.151	46.626	40.619	
Receita de processos judiciais 2.561 - (2.561 - Valor residual de ativo imbolitizado baixado 5.473 2.689 5.945 2.915 Provisão para desvalorização do estoque 9.389 4.999 9.389 4.999 0.389 4.999 3.389 4.999 3.389 4.999 3.389 4.999 3.389 4.999 3.389 4.999 3.389 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 3.380 4.999 4.412 4.864 4.977 4.978 4.989				-	-	
Valor residual de ativo imobilizado baixado 5.473 2.699 5.945 2.915			2.804		2.827	
Provisão para desvalorização do estoque 9.389 4.999 9.389 4.999 Constituição/(reversão) de provisões, líquidas 4.864 (1.047) 3.708 4.412 (20.880) (27.074) 53.615 36.990 (28.080) (27.074) 53.615 36.990 (28.080) (27.074) 53.615 36.990 (28.080) (27.074) 53.615 36.990 (28.080) (27.074) (28.080) (27.074) (28.080) (27.074) (28.080)		` '	· · · · ·	` ,	-	
Constituição/(reversão) de provisões, líquidas 4.864 (1.047) 3.708 4.412 (20.880) (27.074) 53.615 36.990						
Variações nos ativos e passivos operacionais (20.880) (27.074) 53.615 36.990 Variações nos ativos e passivos operacionais (18.807) (24.751) (26.693) (24.723) Estoques (18.179) 38.874 (52.890) 33.986 Fornecedores (1.322) (350) (6.388) 545 Partes relacionadas 46.797 (10.781) 35.992 (46.002) Créditosdiversos 20.319 - 20.319 - Obrigações trabalhistas (289) 444 263 724 Tributos a recolher 835 1.642 2.125 (9.723) Parcelamento de tributos (2.049) (492) (2.049) (492) Outros ativos / passivos 13.549 (2.132) 19.162 (1.681) Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.974 (24.620) 43.456 (10.376) Juros pagos (349) (979) (385) (385) (385) (393) (9.087) (393) (393) (593) (593)<						
Variações nos ativos e passivos operacionais (18.807) (24.751) (26.693) (24.723) Estoques (18.179) 38.874 (52.890) 33.986 Fornecedores (1.322) (350) (6.388) 545 Partes relacionadas 46.797 (10.781) 35.992 (46.002) Créditosdiversos 20.319 - 20.319 - 20.319 Obrigações trabalhistas (289) 444 263 724 Tributos a recolher 835 1.642 2.125 (9.723) Parcelamento de tributos (2.049) (492) (2.049) (492) Outros ativos / passivos 13.549 (2.132) 19.162 (1.681) Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.974 (24.620) 43.455 (10.376) Juros pagos (349) (979) (385) (385) (385) (385) (385) (385) (385) (385) (385) (385) (393) (9.0877) (393) (393) (393) (Constituição/(reversão) de provisões, líquidas		\ /			
Contas a receber de clientes		(20.880)	(27.074)	53.615	36.990	
Estoques Fornecedores (18.179) 38.874 (52.890) 33.986 Fornecedores (1.322) (350) (6.388) 545 Fartes relacionadas (46.797 (10.781) 35.992 (46.002) Créditosdiversos 20.319 - 20.319 Obrigações trabalhistas (289) 444 263 724 Tributos a recolher 835 1.642 2.125 (9.723) Parcelamento de tributos (2.049) (492) Cutros ativos / passivos 13.549 (2.132) 19.162 (1.681) Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos (349) (979) (385) (385) (385) Imposto de renda e contribuição social pagos (92) (393) (9.087) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Adições ao ativo imobilizado e intangível Dividendos recebidos Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos Adições ao ativo imobilizado e intangível (21.626) Dividendos recebidos (12.858) Dividendos pagos (13.91) Dividendos pagos (13.91) Dividendos pagos (13.92) Dividendos pagos (13.92) Dividendos pagos (13.93) Dividendos pagos (13.93) Dividendos pagos (13.94) Dividendos pagos (13.95) Dividendos pagos (13.94) Dividendos pagos (13.94) Dividendos						
Fornecedores (1.322) (350) (6.388) 545 Partes relacionadas (4.797 (10.781) 35.992 (46.002) Créditos/diversos 20.319 - 20.319 Obrigações trabalhistas (289) 444 263 724 Tributos a recolher 835 1.642 2.125 (9.723) Parcelamento de tributos (2.049) (492) (2.049) (492) Outros ativos / passivos 13.549 (2.132) 19.162 (1.681) Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.974 (24.620) 43.456 (10.376) Juros pagos (349) (979) (385) (385) Imposto de renda e contribuição social pagos (92) (393) (9.087) (393) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.533 (25.992) 33.984 (11.993) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Adições ao ativo imobilizado e intangível (21.626) (22.411) (23.285) (25.018) Dividendos recebidos (3.768) (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos (1.490) (3.224) (1.411) (23.288) (25.018) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos (430) (118) (751) (135)		` ,	` ,	` ,	` ,	
Partes relacionadas	'	` '		` ,		
Créditosdiversos 20.319 - 20.319 724 Obrigações trabalhistas (289) 444 263 724 Tributos a recolher 835 1.642 2.125 (9.723) Parcelamento de tributos (2.049) (492) (2.049) (492) Outros ativos / passivos 13.549 (2.132) 19.162 (1.681) Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.974 (24.620) 43.456 (10.376) Juros pagos (349) (979) (385) (385) Imposto de renda e contribuição social pagos (92) (393) (9.087) (393) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.533 (25.992) 33.984 (11.993) Fluxos de caixa das atividades de investimentos 4.626) (22.411) (23.285) (25.018) Dividendos recebidos 8.768 21.000 (3) - Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos -						
Obrigações trabalhistas			(10.781)		(46.002)	
Tributos a recolher Parcelamento de tributos (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (4.92) (2.049) (2.			-		70.4	
Parcelamento de tributos		` '				
Outros ativos / passivos 13.549 (2.132) 19.162 (1.681) Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.974 (24.620) 43.456 (10.376) Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos (349) (979) (385) (385) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais (92) (393) (9.087) (393) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Adições ao ativo imobilizado e intangível Dividendos recebidos (21.626) (22.411) (23.285) (25.018) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos 8.768 21.000 (3) - Dividendos pagos (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos - (2.591) - (2.591) Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no ca					` '	
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.974 (24.620) 43.456 (10.376) Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais (349) (979) (385) (385) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.533 (25.992) 33.984 (11.993) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Adições ao ativo imobilizado e intangível (21.626) (22.411) (23.285) (25.018) Dividendos recebidos 8.768 21.000 (3) - - Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569)		` '	` ,	` ,		
Juros pagos (349) (979) (385) (385) Imposto de renda e contribuição social pagos (92) (393) (9.087) (393) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.533 (25.992) 33.984 (11.993) Fluxos de caixa das atividades de investimentos (21.626) (22.411) (23.285) (25.018) Adições ao ativo imobilizado e intangível 8.768 21.000 (3) - Dividendos recebidos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos - (2.591) - (2.591) Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.1	·					
Imposto de renda e contribuição social pagos	Caixa proveniente das (apricado has) atividades operacionais	19.974	(24.020)	43.430	(10.376)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 19.533 (25.992) 33.984 (11.993) Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
19.533 (25.992) 33.984 (11.993) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Adições ao ativo imobilizado e intangível (21.626) (22.411) (23.285) (25.018) Dividendos recebidos 8.768 21.000 (3) -		(92)	(393)	(9.087)	(393)	
Adições ao ativo imobilizado e intangível (21.626) (22.411) (23.285) (25.018) Dividendos recebidos 8.768 21.000 (3) - Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos - (2.591) - (2.591) Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373	' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' '	19.533	(25.992)	33.984	(11.993)	
Adições ao ativo imobilizado e intangível (21.626) (22.411) (23.285) (25.018) Dividendos recebidos 8.768 21.000 (3) - Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos - (2.591) - (2.591) Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373			, ,		, ,	
Dividendos recebidos 8.768 21.000 (3) - Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos - (2.591) - (2.591) Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373		(24 626)	(00.444)	(22.20E)	(05.040)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018) Dividendos pagos - (2.591) - (2.591) Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373			` ,	` ,	(25.018)	
Investimentos (12.858) (1.411) (23.288) (25.018)		0.700	21.000	(3)		
Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373		(12.858)	(1.411)	(23.288)	(25.018)	
Ingressos de empréstimos e financiamentos 11.490 33.224 12.137 34.168 Amortização de empréstimos e financiamentos (430) (118) (751) (135) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373	Dividendos pagos	_	(2.591)	-	(2.591)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373		11.490	,	12.137	` '	
financiamentos 11.060 30.515 11.386 31.442 Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373	Amortização de empréstimos e financiamentos	(430)	(118)	(751)	(135)	
Variação no caixa e equivalentes de caixa 17.735 3.112 22.082 (5.569) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373		44.000	00.545	44 200	04.440	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 8.787 5.675 22.804 28.373	inandamentos	11.060	30.515	11.386	31.442	
· ·	Variação no caixa e equivalentes de caixa	17.735	3.112	22.082	(5.569)	
· ·						
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 26.522 8.787 44.886 22.804	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.787	5.675	22.804	28.373	
	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.522	8.787	44.886	22.804	

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
Receitas					
Vendas brutas de produtos	441.910	367.825	558.577	482.598	
Outras receitas	2.603	1.450	3.012	1.867	
	444.513	369.275	561.589	484.465	
Insumos adquiridos de terceiros	(275.455)	(241.530)	(262.918)	(259.343)	
Valor adicionado bruto	169.058	127.745	298.671	225.122	
Depreciação e amortização	(23.932)	(27.151)	(56.457)	(40.619)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	145.126	100.594	242.214	184.503	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	32.631	38.804	-	_	
Receitas financeiras	6.765	5.588	9.608	7.487	
Outras receitas	1.116	140	1.116	140	
	40.512	44.532	10.724	7.627	
Valor adicionado total a distribuir	185.638	145.126	252.938	192.130	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos	86.999	80.493	107.732	98.153	
Salários e encargos	65.635	58.774	80.246	70.173	
Outros benefícios	16.789	17.542	22.069	23.201	
Fundo de garantia por tempo de serviço	4.575	4.177	5.417	4.779	
Impostos, taxas e contribuições	82.620	113.079	119.193	137.495	
Federais	39.243	70.267	64.225	85.880	
Estaduais	43.015	42.224	52.700	48.835	
Municipais	362	588	2.268	2.780	
Financiadores	36.927	3.167	46.921	8.095	
Juros e variações cambiais	35.268	1.493	42.550	3.906	
Aluguéis	1.659	1.674	4.371	4.189	
Outras	-	-	-	-	
Prejuízo do exercício	(20.908)	(51.613)	(20.908)	(51.613)	
Valor adicionado distribuído	185.638	145.126	252.938	192.130	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

A Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari - BA, controladora integral da subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda. ("Cristal Mineração" ou "Controlada"), com sede em Mataraca - PB.

A Companhia tem como atividade preponderante a produção e o comércio de produtos químicos, a importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados, a participação no capital de outras sociedades e o exercício de atividades relacionadas com seus objetivos. Detalhes adicionais sobre as informações por segmento foram fornecidos na Nota 24 ("Informações por segmento"). A controlada tem por objeto a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação, com previsão de exaustão da mina em 2019.

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta controlada pela Thann Chimie SAS.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Aspectos gerais

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras em 17 de março de 2016.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, identificadas como "Controladora" ou "Individuais", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Aspectos gerais--Continuação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

c) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

- c) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>--Continuação
 ltens significativos sujeitos a estimativas incluem:
 - (i) A seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis;
 - (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa;
 - (iii) A provisão para perdas no estoque;
 - (iv) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis;
 - (v) A provisão para recuperação da mina, o imposto de renda e contribuição social diferidos;
 - (vi) A provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
 - (vii) As considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

d) <u>Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)</u>

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Consolidação

A Companhia controla a investida quando está exposto a, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

3. Pronunciamentos novos ou revisados

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras, são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo: (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

IFRS 15 Receitas de contratos com A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)

A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

Alteração IFRS 11 Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias (Vigência a partir de 01/01/2016)

A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio. aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta

Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)

Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.)

As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.

IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016) Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

IFRS 5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016)

Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação.

IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações

Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).

(Vigência a partir de 01/01/2016)

Alteração IAS 1 Iniciativa de divulgação Tem o objetivo de esclarecer : (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial.

A Companhia não espera que essas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração da Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estratégia da Administração da Companhia é de manter o índice de alavancagem baixo (por volta de 10%). Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

	Controladora		Consc	lidado
•	2015	2014	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos e				
dívidas com partes relacionadas (Notas 11 e 18)	79.123	40.359	91.118	41.252
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(26.522)	(8.787)	(44.886)	(22.804)
Dívida líquida	52.601	31.572	46.232	18.448
Total do patrimônio líquido	341.905	362.820	341.905	362.820
Total do capital	394.506	394.392	388.137	381.268
Índice de alavancagem financeira	15%	8%	13%	5%

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de taxa de câmbio

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em precos cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas de dióxido de titânio da Controladora para o mercado externo representaram 2,61% e 2,16%, respectivamente, do total das receitas de vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. A Administração da Companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "hedge", já que entende que existe um hedge parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana.

Os saldos, cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Contro	oladora	Consc	olidado
	2015	2014	2015	2014
Clientes no exterior	2.847	2.487	2.924	19.555
Formecedores no exterior Empréstimos e financiamentos	637 (46.723)	287 (20.356)	637 (46.723)	287 (20.356)
Partes relacionadas	`(9.903)	(1.374)	`(9.903)	(1.374)
	(53.142)	(18.956)	(53.065)	(1.888)

c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

d) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os fluxos de caixa não descontados contratados da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Contro	oladora	Consolidado		
	Menos de	Entre um e	Menos de	Entre um e	
	um ano	dois anos	um ano	dois anos	
Em 31 de dezembro de 2015 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Partes relacionadas	9.300 77.141 86.432	- 431 -	12.060 88.780 9.903	- 787 -	
Em 31 de dezembro de 2014 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Partes relacionadas	10.622 38.640 51.317	- 859 -	12.611 39.250 7.160	- 962 -	

f) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2015, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

f) Análise de sensibilidade--Continuação

Risco taxa de juros

				Efeito	
Instrumento/operação	CDI Provável	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	14,25%	Baixa do CDI	5.378	4.034	2.689
Efeito total líquido			5.378	4.034	2.689

Risco cambial

				Efeito	
Instrumento/operação	Dólar Provável	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior Empréstimos e financiamentos e	4,05	Baixa do dólar	110	(630)	(1.369)
dívidas com partes relacionadas Fornecedor		Alta do dólar Alta do dólar	(2.178) (25)	(16.879) (190)	(31.580) (355)
Efeito total líquido			(2.093)	(17.699)	(33.304)

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

4.2. Instrumento financeiro por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são:

Mensurados a valor justo por meio do resultado: são registrados nessa categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo. Os equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

<u>Empréstimos e recebíveis:</u> são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nessa categoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Instrumento financeiro por categoria--Continuação

<u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u> são registrados nessa categoria os instrumentos patrimoniais. Esses instrumentos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes até a baixa do investimento. Os títulos e valores mobiliários são classificados nessa categoria.

Outros passivos financeiros: são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Fornecedores e empréstimos e financiamentos são classificados nesta categoria.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Controladoro

			Controladora	
Ativos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2015				
Contas a receber de clientes	-	83.265	-	83.265
Partes relacionadas	-	14.212	-	14.212
Depósitos judiciais	-	4.240	-	4.240
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.554	2.554
Caixa e equivalentes de caixa	18.358	8.164	-	26.522
	18.358	109.881	2.554	130.793
31 de dezembro de 2014				
Contas a receber de clientes	-	64.749	-	64.749
Partes relacionadas	-	8.949	-	8.949
Depósitos judiciais	-	5.308	-	5.308
Caixa e equivalentes de caixa	5.591	3.196	-	8.787
	5.591	82.202	-	87.793

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Instrumento financeiro por categoria--Continuação

			Consolidado	
Ativos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2015				
Contas a receber de clientes	-	96.154	-	96.154
Partes relacionadas	-	10.850	-	10.850
Depósitos judiciais	-	4.913	-	4.913
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.554	2.554
Caixa e equivalentes de caixa	35.187	9.699	-	44.886
	35.187	121.616	2.554	159.357
31 de dezembro de 2014				
Contas a receber de clientes	-	69.736	-	69.736
Partes relacionadas	-	24.000	-	24.000
Depósitos judiciais	-	6.124	-	6.124
Caixa e equivalentes de caixa	19.016	3.788	-	22.804
	19.016	103.648	-	122.664

Outros passivos financeiros	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2015	77 570	00 EC7
Empréstimos e financiamentos Partes relacionadas	77.572 86.432	89.567 9.903
Fornecedores e outras obrigações (a)	54.316	68.797
	218.320	168.267
31 de dezembro de 2014		
Empréstimos e financiamentos	39.499	40.212
Partes relacionadas	51.317	7.160
Fornecedores e outras obrigações (a)	34.816	46.498
	125.632	93.870

⁽a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

4.3. Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

 $\underline{\text{N\'{i}}\text{vel 1:}}$ preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

<u>Nível 2:</u> outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

<u>Nível 3:</u> técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Hierarquia de valor justo--Continuação

			Control	adora
	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	18.358	-	18.358	-
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	83.265	83.265	-	-
Partes relacionadas	14.212	14.212	-	-
Depósitos judiciais	4.240	4.240	-	-
Caixa e bancos	8.164	8.164	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos e valores mobiliários	2.554	-	2.554	-
Outros passivos financeiros				
-Empréstimos e financiamentos	77.572	-	77.572	-
Partes relacionadas	86.432	86.432	-	-
-Fornecedores e outras obrigações (a)	54.316	54.316	-	-

			Consoli	idado
	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	35.187	-	35.187	-
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	96.154	96.154	-	-
Partes relacionadas	10.850	10.850	-	-
Depósitos judiciais	4.913	4.913	-	-
Caixa e bancos	9.699	9.699	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda				
_Títulos e valores mobiliários	2.554	-	2.554	-
Outros passivos financeiros				
-Empréstimos e financiamentos	89.567	-	89.567	-
Partes relacionadas	9.903	9.903	-	-
Fornecedores e outras obrigações (a)	68.797	68.797	-	-

⁽a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de valor.

	Contro	Controladora		lidado
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	8.164	3.196	9.699	3.788
Aplicações financeiras (*)	18.358	5.591	35.187	19.016
	26.522	8.787	44.886	22.804

^(*) Em sua maior parte Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à taxa média de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

6. Contas a receber de clientes

A provisão para devedores duvidosos, quando necessária, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	Controladora		Conso	lidado
	2015	2014	2015	2014
Mercado interno Mercado externo	80.956 2.847	62.262 2.487	93.845 2.847	67.249 2.487
Provisão para perdas com devedores duvidosos	(538)	-	(538)	-
	83.265	64.749	96.154	69.736

As movimentações na provisão para perdas com devedores duvidosos encontram-se apresentadas a seguir:

	Controladora Conso	
Saldos em 1º de janeiro de 2014		
Constituição de provisão	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-
Constituição de provisão	538	538
Saldos em 31 de dezembro de 2015	538	538

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer Vencidas:	77.114	63.678	89.986	67.648
Até 30 dias	2.003	815	2.003	2.088
De 31 a 60 dias	1.746	-	1.746	-
De 61 a 150 dias	2.402	256	2.419	-
A partir de 151 dias	538	-	538	-
•	83.803	64.749	96.692	69.736

7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos acabados	74.027	62.226	108.230	75.084
Produtos em elaboração	8.245	7.407	82.540	68.626
Matérias-primas	24.835	19.051	24.835	19.051
Importações em andamento	642	1.785	645	1.785
Materiais de suprimento	19.818	18.919	25.216	24.030
Provisão para desvalorização e perdas (a)	(17.590)	(8.201)	(17.590)	(8.201)
	109.977	101.187	223.876	180.375

⁽a) Refere-se à provisão de itens obsoletos dos estoques de materiais de suprimento e possíveis perdas na realização dos estoques.

A movimentação da provisão para desvalorização e perdas do estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.202
Constituição	15.964
Reversão	(10.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.201
Constituição	20.122
Reversão	(10.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.590

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação				
de Serviços - ICMS (i)	1.746	2.070	2.154	2.624
Imposto de renda- IR e Contribuição Social - CS	350	2.555	5.768	2.555
IRRF a recuperar	248	-	521	-
Outros	106	164	107	164
-	2.450	4.789	8.550	5.343
Circulante Não circulante (i)	2.140 310	2.391 2.398	7.960 590	2.470 2.873

⁽i) Refere-se ao ICMS diferido quando das aquisições de máquinas e equipamentos, cuja realização não ocorrerá no prazo de 12 meses

9. Investimentos

<u>Dados da controlada</u> — Cristal Mineração do Brasil Ltda.

	2015	2014
Capital social Quantidade de ações possuídas (em milhares) Participação no capital total Patrimônio líquido	111.950 11.195 100,00% 167.074	111.950 11.195 100,00% 159.750
	2015	2014
Lucro líquido do exercício Incentivo fiscal - imposto de renda	32.631 7.322	38.804 8.926
Movimentação do investimento		
	2015	2014
Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial Dividendos	159.750 32.631 (25.307)	150.821 38.804 (29.875)
Saldo no final do exercício	167.074	159.750

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

<u>-</u>	Controladora							
			Máquinas e		Obras em			
_	Terrenos	Edificações	equipamentos	Instalações	Outros	andamento	Total	
Em 31 de dezembro de 2013	1.017	30.788	61.887	22.985	6.193	4.259	127.129	
Adições Baixas, líquidas	-	- -	1.433 (167)	453 (5)	3.962 (963)	16.372 (1.564)	22.220 (2.699)	
Depreciação Transferência entre ativos	<u>-</u>	(3.908)	(15.048) 3.485	(6.890) 68	(631) (409)	(3.144)	(26.477)	
Em 31 de dezembro de 2014	1.017	26.880	51.590	16.611	8.152	15.923	120.173	
Adições	-	-	1.091	104	2.944	17.487	21.626	
Baixas, líquidas	-	-	(125)	(20)	(2.794)	(2.534)	(5.473)	
Depreciação	-	(3.806)	(12.597)	(5.726)	(849)	-	(22.978)	
Transferência entre ativos	-	<u> </u>	10.783	133	1.299	(12.215)	<u>-</u>	
Em 31 de dezembro de 2015	1.017	23.074	50.742	11.102	8.752	18.661	113.348	
Custo total	1.017	92.354	262.479	144.189	21.979	18.661	540.679	
Depreciação acumulada		(69.280)	(211.737)	(133.087)	(13.227)	-	(427.331)	
Saldo liquido	1.017	23.074	50.742	11.102	8.752	18.661	113.348	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							
•	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	ARO	Outros	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2013	4.426	36.763	84.576	33.015	10.781	7.597	5.826	182.984
Adições	_	_	2.136	457	_	4.558	17.578	24.729
Baixas, líquidas	_	_	(178)	(5)	_	(1.169)	(1.563)	(2.915)
Depreciação	_	(4.746)	(22.000)	(10.032)	(2.260)	(770)	-	(39.808)
Transferência entre ativos	-	-	5.017	190	-	(525)	(4.682)	-
Em 31 de dezembro de 2014	4.426	32.017	69.551	23.625	8.521	9.691	17.159	164.990
Adições	_	_	1.487	104	9.362	3.703	17.992	32.648
Baixas, líquidas	-	-	(311)	(97)	-	(2.968)	(2.569)	(5.945)
Depreciação	_	(4.644)	(19.636)	(8.858)	(12.008)	(954)	-	(46.100)
Transferência entre ativos	-	-	12.025	311	-	1.030	(13.366)	-
Em 31 de dezembro de 2015	4.426	27.373	63.116	15.085	5.875	10.502	19.216	145.593
•								
Custo total	4.426	109.114	344.010	180.015	26.508	31.280	19.216	714.569
Depreciação acumulada	-	(81.741)	(280.894)	(164.930)	(20.633)	(20.778)	-	(568.976)
Saldo liquido	4.426	27.373	63.116	15.085	5.875	10.502	19.216	145.593
Taxas anuais de depreciação	_	20%	10%	10%	14%	4 a 10%	-	

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$21.671 (2014 – R\$24.891) e a despesa é de R\$1.307 (2014 - R\$1.586) na controladora é R\$44.198 (2014 – R\$37.639) e R\$1.902 (2014 - R\$2.169) no consolidado, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques e agitadores, adição de calcinador químico, melhoria do tanque de alimentação da sulfatação, sistema de polimento de água e melhoria de equipamentos), cujos prazos médios de encerramento estão previstos para o ano de 2016.

O custo de recuperação da mina, líquido de exaustão, no valor de R\$5.875 (2014 – R\$8.521), está incluído na rubrica "ARO" no ativo e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra (Nota 14). A exaustão desse custo é calculada com base no tempo estimado de exploração da mina, cujo término é previsto para o ano de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		
_	2015	2014	2015	2014	
	76.928	38.427	88.473	39.037	
_	644	1.072	1.094	1.175	
<u>_</u>	77.572	39.499	89.567	40.212	
_				_	
	77.141	38.640	88.780	39.250	
	431	859	787	962	
	_		_		
	Contro	oladora	Consolidado		
•					
financeiros anuais	2015	2014	2015	2014	
				18.659	
16,02%				1.197	
_	30.849	19.143	42.844	19.856	
	0	. 1 1	0	12-11-	
	Contro	oladora	Consc	ildado	
	2015	2014	2015	2014	
Illianochoo anaalo	2010	2017	2010	2017	
2,85%	15.177	10.368	15.177	10.368	
6,14%	16.756	-	16.756	-	
3,05%	14.790	9.988	14.790	9.988	
	46.723	20.356	46.723	20.356	
	6,14%	2015 76.928 644 77.572 77.141 431 Contro Encargos efetivos financeiros anuais 100% a 107% CDI 16,02% 2015 Contro Encargos efetivos financeiros anuais 2015 Contro 2,85% 15.177 6,14% 16.756 3,05% 14.790	2015 2014	2015 2014 2015	

i. As operações com VENDOR no montante de R\$41.750 possuem os próprios títulos dos clientes como garantia.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos a pagar é como segue:

	Controladora	Consolidado
0.11	0 = 40	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	3.542	3.550
Captação	33.224	34.168
Encargos	816	839
Variação cambial	3.014	3.014
Amortização e pagamento de juros	(1.097)	(1.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	39.499	40.212
Captação	11.490	12.137
Encargos	1.036	1.072
Variação cambial	14.561	14.561
Amortização e pagamento de juros	(779)	(1.136)
Operações de vendor, líquido	11.765	22.721
Saldos em 31 de dezembro de 2015	77.572	89.567

ii. A garantia para essas operações, no montante de R\$644 na Controladora e R\$1.094 no Consolidado, são os próprios bens adquiridos (veículos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
·	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -				
ICMS (a)	1.735	1.066	2.236	1.792
Programa de Integração Social - PIS	208	-	257	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -				
COFINS	1.214	1.224	1.455	1.611
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.250	1.092	1.434	1.257
Parcelamento de tributos federais (b)	-	6.887	-	6.887
Parcelamento de tributos estaduais	576	-	576	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	7.662	5.826
Outros impostos	191	143	188	396
-	5.174	10.412	13.808	17.769
	4.070	4045	10.010	44.000
Circulante	4.278	4.245	12.912	11.602
Não circulante	896	6.167	896	6.167

O cronograma de pagamento do não circulante é o seguinte:

	Controladora	Controladora e consolidado		
	2015	2014		
2016	-	176		
2017	686	702		
2018	170	702		
2019	40	702		
2020	-	702		
2021em diante	-	3.183		
	896	6.167		
	·			

(a) ICMS

ICMS - Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE

A Companhia efetuou a quitação antecipada das parcelas vincendas em 2015 referente ao "DESENVOLVE", programa de incentivo da Bahia, aderido em 2001, que permitiu a dilação do pagamento do ICMS excedente a R\$801 em até 72 meses, acrescidos de 85% da TJLP a.a. A liquidação antecipada, com desconto de 80%, totalizou R\$1.279 (2013 - R\$1.676). O desconto, no montante de R\$3.695, foi registrado como conta redutora da despesa de ICMS no resultado do exercício.

ICMS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN

O Estado da Paraíba concedeu, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, incentivos fiscais para investimento industrial no Estado. A controlada aderiu ao programa e goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor desse incentivo foi de R\$5.158 (2013 - R\$4.747) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica "Impostos incidentes sobre vendas".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

(b) Parcelamento de tributos federais

A Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 e, em 2011, houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais.

Em 27 de novembro de 2014, a Companhia requereu a Secretaria da Receita da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a quitação antecipada dos saldos do parcelamento na forma da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014. Essa quitação ocorreu através do pagamento de aproximadamente 30% do saldo devedor à vista e o restante através da utilização de prejuízos fiscais e base negativa. Como no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 existia dúvida sobre o atendimento satisfatório por parte da Companhia dos requerimentos exigidos para quitação do débito, o mesmo só foi revertido nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$6.887.

A seguir apresentamos a movimentação do parcelamento, contabilizado na rubrica de impostos, taxas e contribuições, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.988
Atualização	391
Pagamento	(492)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.887
Deságio	(58)
Pagamento	(2.049)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa	(4.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-

13. Provisões

A Companhia e sua controlada discutem judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defendem de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas	8.574	4.247	10.236	6.175
Cíveis	-	-	484	427
Ambientais	331	893	331	893
Tributárias	-	-	3.687	4.634
	8.905	5.140	14.738	12.129
Circulante	331	393	331	393
Não circulante	8.574	4.747	14.407	11.736
Depósitos judiciais:				
Relacionados às provisões	(4.240)	(5.308)	(4.913)	(6.124)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Provisões--Continuação

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2015, está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cível (a)	Tributárias (c)	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	4.934	1.253	-	-	6.187	
Adições/atualizações	998	-	-	-	998	
Baixas por reversão	(1.685)	(360)	-	-	(2.045)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.247	893	-	-	5.140	
Adições/atualizações	5.675	-	-	-	5.675	
Baixas por reversão	(1.348)	(562)	-	-	(1.910)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.574	331	-	-	8.905	

	Consolidado					
	Trabalhistas	Ambientais	Cíveis	Tributárias		
	(a)	(b)	(a)	(c)	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	5.256	1.253	427	3.687	10.623	
Adições/atualizações	2.626	-	-	947	3.573	
Baixas por reversão	(1.707)	(360)	-	-	(2.067)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.175	893	427	4.634	12.129	
Adições/atualizações	5.981	-	783	-	6.764	
Baixas por reversão	(1.920)	(562)	(726)	(947)	(4.155)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.236	331	484	3.687	14.738	

Cancalidada

⁽a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e de sua controlada e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.

⁽b) Refere-se à estimativa dos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. Do montante total, R\$331 (2014 - R\$393) serão pagos no curto prazo. Não houve complemento de provisão em 2015.

⁽c) O DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral entrou com um processo contra a Controlada referente a divergência da base de cálculo do CFEM nos exercícios de 2001 a 2009. Em face desse processo, a Controlada constituiu provisão no montante de R\$3.687 (2014 - R\$4.634).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Provisões--Continuação

A movimentação do saldo dos depósitos judiciais relacionados às provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2015, está demonstrada a seguir:

	Controladora		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2013	3.782	-	3.782
Adições	1.644	-	1.644
Baixas	(482)	-	(482)
Atualização monetária	364	-	364
Saldos em 31 de dezembro 2014	5.308	-	5.308
Adições	146	-	146
Baixas	(1.624)	-	(1.624)
Atualização monetária	410	-	` 410
Saldos em 31 de dezembro 2015	4.240	-	4.240

	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2013	4.189	272	4.461
Adições	1.657	178	1.835
Baixas	(482)	(61)	(543)
Atualização monetária	371	-	371
Saldos em 31 de dezembro 2014	5.735	389	6.124
Adições	217	120	337
Baixas	(1.801)	(232)	(2.033)
Atualização monetária	485	-	485
Saldos em 31 de dezembro 2015	4.636	277	4.913

As principais causas com probabilidade de perda possível, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se à:

a) Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002 foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Provisões--Continuação

a) <u>Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho</u>--Continuação

Em 14 de maio de 2015 o Supremo Tribunal Federal reestabeleceu a decisão que reconhece como valida a indexação dos salários estabelecida pela Cláusula Quarta, no entanto o Sindicato Patronal, em 13 de agosto de 2015, opôs Embargos de Declaração contra esta decisão que se encontra aquardando julgamento.

Como a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores, os seus assessores jurídicos entendem que, apesar da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, o risco é remoto de que haja uma mudança em relação ao julgamento da Companhia. Adicionalmente, os assessores jurídicos classificam como possível o risco de perda referente a possíveis reclamações trabalhistas individuais por parte dos empregados da Companhia.

b) Auto de Infração de ICMS

A Secretaria da Fazenda de São Paulo lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R\$7.900 em virtude da suposta inadimplência no pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008 que, julgado parcialmente improcedente, foi reduzido para R\$5.995. Aguarda-se julgamento de recurso por instância administrativa superior.

A 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela controlada para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante de R\$38.000, do Auto de Infração lavrado pela ausência de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada.

c) Garantias

Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia havia oferido itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R\$20.343 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esses processos judiciais foram incluídos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, os quais foram liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, quando os bens do ativo imobilizado dados como garantia deixaram de ser penhorados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Provisões--Continuação

d) Créditos contingentes de PIS e COFINS

Em novembro de 2014, a Companhia teve conhecimento do trânsito em julgado da decisão que julgou procedente a Ação Declaratória, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, bem como de ser restituída, inclusive mediante compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal, dos valores indevidamente recolhidos nos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, ocorrido em 26/03/2007, até 31 de dezembro de 2014.

Considerando a complexidade de levantar as informações para se apurar de forma precisa os valores envolvidos, bem como sua devida adequação face às normas existentes, a Administração ao longo de 2015 procedeu à contratação de pareceres técnicos e jurídicos especializados, cujo objetivo foi identificar a metodologia apropriada para apurar corretamente o valor a ser recuperado e fazer valer a materialização do direito reconhecido na decisão judicial transitada em julgado. Como consequência deste trabalho, em dezembro de 2015 foi finalizado o processo para levantamento dos valores que devem ser recuperados entre os anos de 2002 e 2014, sendo apurado o montante de R\$66.392.

Por tratar-se de tese controversa e, como ainda existe risco de contestação dessa sentença por parte da União através da propositura de ação rescisória contra a decisão proferida, a Administração da Companhia está aguardando o desfecho definitivo do processo e o prazo decadencial para registrar o referido crédito nas demonstrações financeiras.

14. Gastos para recuperação da mina

Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportar tais gastos.

As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa de juros média de mercado para o exercício de 2015 de 8.00% a.a.

As estimativas de custos são revistas a cada dois anos, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Gastos para recuperação da mina—Continuação

A Controlada, comprometida com a minimização dos impactos ambientais causados por suas operações industriais e de mineração e, em atendimento à legislação e regulamentos ambientais, contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos e restauração de áreas degradadas. A nova avaliação, realizada em abril de 2015, indicou a necessidade de complemento da provisão no montante de R\$9.363 em decorrência da degradação ambiental ocorrida nos últimos dois anos durante a atividade mineradora, o qual foi registrado em contrapartida do ativo imobilizado.

O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão foi registrado em contrapartida da despesa financeira.

	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2013 Ajuste a valor presente	34.818 2.906
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.724
Atualização da provisão para recuperação da mina	9.363
Ajuste a valor presente	3.767
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.854

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 19 de dezembro de 2014, a AGE aprovou o agrupamento da totalidade das ações representativa do capital social da Companhia, efetivado a partir de 19 de janeiro de 2015 na proporção de 100 (cem) para 01 (uma), passando o capital social a ser representado por 23.214.998 (vinte e três milhões, duzentos e quatorze mil e novecentos e noventa e oito) ações, sendo 8.126.719 (oito milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e dezenove) ações ordinárias, 9.873.790 (nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa) ações preferenciais de classe "A" e 5.214.489 (cinco milhões, duzentos e quatorze mil e quatrocentos e oitenta e nove) ações preferenciais classe "B", todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$162.505. A composição do capital social por classe (em número de ações) é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Ações ordinárias	8.126.719	812.671.900
Ações preferenciais: Classe "A"	9.873.790	987.379.000
Classe "B"	5.214.489	521.448.900
	23.214.998	2.321.499.800

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:

- Preferenciais classe "A" gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.
- Preferenciais classe "B" gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das S.A.

(b) Reservas de capital

i) Correção monetária especial (Lei nº 8.200/91)

Registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos.

ii) Isenção e redução de imposto de renda

Para o lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 17.a, até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.

c) Reservas de lucros

i) Reserva legal

Constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

- c) Reservas de lucros--Continuação
 - ii) Isenção e redução de imposto de renda

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como "Reserva de Isenção e Redução de Imposto de Renda" no grupo "Reservas de Iucros".

Em 2015 a Administração efetuou de forma retroativa a 2010 os seguintes ajustes na apuração do imposto de renda e da contribuição social: a) recálculo da despesa de depreciação fiscal e; b) reclassificação da natureza da subvenção governamental do incentivo fiscal do ICMS (DESENVOLVE) antes classificado como subvenção para custeio para subvenção para investimento. Adicionalmente, houve a regularização do saldo de incentivo fiscal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

Em consequência do refazimento das apurações fiscais foi apurada uma redução na reserva de incentivo fiscal (lucro da exploração) no montante de R\$ 6.312. Desta forma, a Administração da Companhia está propondo ad referendum a Assembleia dos Acionistas à reversão da reserva de incentivo fiscal no montante de R\$ 6.312 para a conta de prejuízos acumulados.

d) Reservas estatutárias

i) Especial para dividendos

Essa reserva tem por objetivo absorver os dividendos obrigatórios não distribuídos.

ii) Para aumento de capital

Tem por finalidade assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% do lucro líquido do exercício ajustado, não podendo exceder o limite de 80% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

e) <u>Dividendos</u>

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Desta forma, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.006
Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores	(3.350)
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	7.016
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.672
Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.669

16. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

a) Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social

Segue a seguir a conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

a) Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social--Continuação

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Prejuízo antes da tributação	(29.592)	(24.876)	(16.556)	(18.782)
À alíquota fiscal de 34% (2014: 34%)	10.061	8.458	5.629	6.386
Subvenção governamental isenta de imposto	1.256	-	8.578	8.926
Despesas não dedutíveis para fins fiscais: Gratificação a diretores Resultado de equivalência patrimonial Outras	(176) 11.087 (845)	(363) 13.193 (1.310)	(176) - (5.684)	(363) - (1.065)
Ajustes retroativos a 2010 na apuração (Nota 15 (c) (ii)) Compensação de prejuízo fiscal	3.862 (1.754)	-	(1.226) (1.754)	-
Ativo fiscal diferido não reconhecido Baixa de ativo fiscal diferido À alíquota efetiva de (29%) (2014: 107%)*	(18.315) - 8.684	(19.978) (26.737) (26.737)	(18.315) - (4.352)	(19.978) (26.737) (32.831)
Corrente Diferido	(92) 8.776	- (26.737)	(9.088) 4.736	(10.119) (22.712)

^{*} O fator determinante para a apuração de uma alíquota efetiva de 107% em 31 de dezembro de 2014 é o não reconhecimento de ativo fiscal diferido pela Companhia sobre os saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A Companhia não reconhece o ativo fiscal diferido uma vez que as atuais previsões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar os referidos créditos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Controladora possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados totalizam R\$88.662, sendo que as atuais previsões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar a totalidade dos referidos créditos. Dessa forma, a Companhia registrou créditos apenas no montante de R\$3.996 (2014 - R\$0).

A Controlada possui tributos diferidos ativos no montante de R\$17.583 (2014 – R\$21.624) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão para recuperação da mina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de sua controlada, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e de sua controlada e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e sua controlada.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Saldos em 31/12/2013	Efeito no resultado	Saldos em 01/01/2014	Efeito no resultado	Saldos em 31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa Provisão para PLR e bônus	- 1.149	- (1.032)	- 117	3.996 29	3.996 146
Provisão para perda em estoque Provisão para riscos fiscais, trabalhistas	2.029	(2.029)	-	-	-
e cíveis	3.351	(975)	2.376	(393)	1.983
Depreciação Provisão para remediação ambiental	22.128 8.644	(12.576) 1.284	9.552 9.928	(9.158) 5.364	394 15.292
Variações cambiais Outros	4.558 2.478	(4.908) (2.477)	(350) 1	143 (26)	(207) (25)
Total imposto diferido (líquido)	44.337	(22.713)	21.624	(45)	21.579

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O cronograma de realização dos tributos diferidos ativos é o seguinte:

	Controladora		Consc	lidado
Ano	2015	2014	2015	2014
2015	-	-	-	2.625
2016	3.996	-	4.976	2.332
2017	-	-	669	2.170
2018	-	-	669	2.170
2019	-	-	669	2.170
2020 até 2022	-	-	14.596	10.157
	3.996	-	21.579	21.624

17. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais (incentivos fiscais) são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

A Companhia tem subvenções estaduais e são registradas como redução de custo no resultado e as federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros).

a) Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração

A Companhia possui o direito de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2017 sobre o lucro oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não apurou lucro da exploração.

A controlada possui também o direito a redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o resultado das suas operações industriais, até o final de 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada apurou R\$7.322 (2014 - R\$8.926) a abater do montante de IRPJ devido no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Subvenções e assistências governamentais--Continuação

b) Desenvolve - Bahia

A Controladora possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Bahia por meio do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve que objetiva a implantação e a expansão de indústrias naquele Estado. A companhia possui o direito ao desconto de 80% por antecipação da parcela incentivada do ICMS até o ano calendário de 2021. Esse incentivo é tratado como redutor dos tributos incidentes sobre as vendas (Nota 19).

c) Fain - Paraíba

A Controlada possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Paraíba por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que objetiva o desenvolvimento industrial no Estado. A Companhia aderiu ao programa e goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. Esse incentivo é tratado como redutor dos tributos incidentes sobre as vendas (Nota 19).

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante				
Cristal Ltd. (Reino Unido)	153	104	153	104
Cristal Inc. (EUA) (e)	9.744	6.287	9.744	6.287
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (d)	3.440	2.017	-	-
Cristal Australind (f)	152	464	152	464
Cristal Switzerland	95	77	173	77
Cristal Australia Bemax (e)	628	-	628	-
Cristal Ltd. (França) (a)		-	-	17.068
	14.212	8.949	10.850	24.000
Passivo circulante				
Cristal Ltd. (Reino Unido)	967	653	967	653
Cristal Inc. (EUA) (b)	568	387	568	387
Cristal Arábia Ltd	16	-	16	-
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (a) (c)	76.529	49.943	-	-
Cristal Ltd. (França) (a)	-	-	-	5.786
Cristal Switzerland (a)	8.352	334	8.352	334
	86.432	51.317	9.903	7.160
Resultado (a)				
Cristal Inc. (EUA) (b)	(1.022)	2.593	(1.022)	2.593
Cristal Ltd. (Reino Unido)	(160)	(36)	(160)	(36)
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (a) (d)	(23.147)	-	` -	` -
Cristal Ltd. (França) (a)	` <i>,</i>	-	(3.837)	32.864
Cristal Switzerland (a)	(17.655)	147	(17.655)	147
. ,	(41.984)	2.704	(22.674)	35.568

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Compra/venda de produtos inerentes ao objeto social da Companhia, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita. Os preços são calculados com base no preço médio de produtos iguais ou similares praticado no mercado de destino.
- (b) Financiamento intercompany em moeda norte-americana para viabilizar manutenção do fluxo de caixa das atividades operacionais, sem incidência de juros ou encargos.
- (c) Contas a pagar com a Cristal Mineração no montante de R\$76.529 (2014 R\$49.943) decorrentes de compras de ilmenita.
- (d) Rateio de despesas, conforme contrato estabelecido entre as partes.
- (e) Contas a receber referente ao reembolso de funcionários que estão alocados na folha de pagamentos do Brasil e prestam serviço para as filiais dos Estados Unidos e Austrália.
- (f) Adiantamento de dividendos referentes ao exercício de 2013.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições pactuadas entre as partes.

Participação nos lucros e resultados

Em 2015, a Companhia distribuiu participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$1.405 (2014 - R\$3.584), registrados no resultado nas rubricas de "Custo de produção (das vendas)" no montante de R\$1.348 (2014 - R\$2.605) e de despesas gerais e administrativas no montante de R\$57 (2014 - R\$979).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais, considerada benefícios de custo prazo, é como segue:

	Controladora e Consolidado			
	2015	2014		
Diretoria Executiva Conselhos de Administração e Fiscal	1.609 499	2.289 378		
	2.108	2.667		
			_	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Receitas

Reconhecimento da receita

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/despesas financeiras".

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
430.776	359.831	520.884	447.527
11.134	7.994	11.134	35.071
(82.734)	(64.779)	(99.505)	(80.830)
(9.922)	(6.980)	(9.922)	(7.079)
349.254	296.066	422.591	394.689
	2015 430.776 11.134 (82.734) (9.922)	2015 2014 430.776 359.831 11.134 7.994 (82.734) (64.779) (9.922) (6.980)	2015 2014 2015 430.776 359.831 520.884 11.134 7.994 11.134 (82.734) (64.779) (99.505) (9.922) (6.980) (9.922)

20. Custo de vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consc	lidado
	2015	2014	2015	2014
Matérias-primas	123.586	130.224	123.586	130.224
Materiais secundários	19.362	17.809	19.362	17.809
Materiais de embalagens	3.253	3.110	3.774	3.353
Combustíveis	29.864	27.481	30.897	28.441
Energia elétrica	13.836	6.667	20.230	12.560
Mão de obra	70.962	58.774	73.246	70.173
Serviços de terceiros	23.713	17.555	23.713	17.555
Depreciação e amortização	23.392	27.151	46.626	40.619
Provisão para perda de estoque (Nota 6)	9.389	4.999	9.389	4.999
Encargos sociais e outros benefícios	28.332	29.902	31.069	37.326
Produtos acabados para revenda (Nota 18)	17.655	-	17.655	-
Outros	26.255	30.909	12.136	33.206
	389.599	354.581	411.683	396.265
Custo de vendas	371.064	338.108	391.404	376.899
Despesas gerais e administrativas	18.535	16.473	20.279	19.366

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Despesas com vendas

	Controladora		Consc	olidado
	2015	2014	2015	2014
Frete	6.871	6.941	14.844	17.747
Aluguéis e armazenagem	1.284	620	1.284	620
Despesas portuárias e aduaneiras	37	23	403	1.076
Provisão para devedores duvidosos	538	-	538	-
Outras	483	381	483	381
	9.213	7.965	17.552	19.824

22. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Conso	lidado
	2015	2014	2015	2014
Receita processos judiciais (a)	2.561	864	2.561	864
Resultado na venda de ativo imobilizado	(646)	305	(530)	637
Outras	47	203	286	203
	1.957	1.372	2.317	1.704

⁽a) Como parte da ação ordinária ajuizada pela Companhia contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), objetivando a correção monetária integral e o pagamento da diferença de juros e dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás, a Companhia recebeu 244.594 ações preferencias classe "B" Essas ações ainda se encontram em posse da Companhia e estão classificadas na rubrica de "títulos e valores mobiliários".

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.429	531	2.607	1.709
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.030	-	1.030	-
Juros sobre duplicatas	991	438	1.006	474
Atualização de créditos de tributos	1.745	1.617	3.042	1.950
Ajuste a valor presente crédito Eletrobrás	971	2.178	971	2.178
Outras	599	824	952	1.176
	6.765	5.588	9.608	7.487
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre tributos e duplicatas	(2.132)	(1.478)	(2.157)	(1.481)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(1.290)	(63)	(1.326)	(76)
Atualização provisão recuperação ambiental (Nota 14)	-	-	(3.767)	(2.906)
Reversão AVP - Crédito Eletrobrás	(2.498)	(33)	(2.498)	(33)
Outras	-	(176)	(36)	(199)
	(5.920)	(1.750)	(9.784)	(4.695)
	(461)	3.838	(176)	2.792

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Informações por segmento de negócios

A Companhia divide seu negócio no segmento de produção e industrialização de dióxido de titânio, realizados pela controlada e no segmento de extração, produção e comercialização dos minérios rutilo, ilmenita e zirconita, relizados pela controlada Cristal Mineração.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

a) Lucro (prejuízo) bruto

		2015	
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	349.254	94.918	444.172
Receita líquida entre segmentos	-	(21.581)	(21.581)
Custo das vendas	(371.064)	(41.921)	(412.985)
Custo das vendas entre segmentos	•	21.581	21.581
-	(21.810)	52.997	31.187
		2014	

	Pigmento de		
	titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	296.066	116.068	412.134
Receita líquida entre segmentos	-	(21.684)	(21.684)
Custo das vendas	(338.108)	(56.236)	(394.344)
Custo das vendas entre segmentos	· -	21.684	21.684
-	(42.042)	59.832	17.790

b) Receita por cliente

i) Pigmento de titânio

	2015)	2014	<u> </u>
Grupo BASF	59.374	17%	44.410	15%
Grupo CROMEX	55.881	16%	47.371	16%
Grupo AKZO	34.926	10%	35.528	12%
Cristal Switzerland	17.655	5%	-	0%
Grupo ALPAGARTAS	10.757	3%	11.843	4%
Grupo ESTILOQUIMICA	3.493	1%	8.882	3%
Outros	167.168	48%	148.032	50%
	349.254	100%	296.066	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Informações por segmento de negócios--Continuação

b) Receita por cliente--Continuação

ii) Minérios

<u>-</u>	2015		201	4
Millennium Inorganic Chemicals (França)	- 	0% 6%	48.748	42%
Colorobbia Brasil Produtos para Cerâmica Endeka Ceramics	5.695 5.799	6% 6%	5.803 5.803	5% 5%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A. Unimin do Brasil	26.586 1.898	28% 2%	45.266 1.161	39% 1%
Eurocolor Ind. e Com. de Zirco Trebol	- 3.901	0% 4%	580 5.803	1% 5%
Outros	51.039	54%	2.904	2%
_	94.918	100%	116.068	100%

c) Receita por produto

i) Pigmento de titânio

	20	15	20	14
Pigmento de titânio	349.254	100%	296.066	100%
	349.254	100%	296.066	100%

ii) Minérios

	20	15	20	14
Ilmenita	34.852	38%	49.969	43%
Zirconita	55.395	56%	61.433	53%
Rutilo	3.747	5%	4.115	3,5%
Cianita	924	1%	551	0,5%
	94.918	100%	116.068	100%

d) Outras informações

i) Pigmento de titânio

	2015	2014
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(29.592)	(24.876)
<u>Imobilizado</u>		
Custo total	540.679	519.459
Depreciação acumulada	(427.331)	(399.284)
Total do ativo	555.658	508.369

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Informações por segmento de negócios--Continuação

d) Outras informações--Continuação

ii) Minérios

	2015	2014
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	46.667	44.898
<u>lmobilizado</u> Custo total Depreciação acumulada	201.931 (171.650)	125.288 (93.607)
Total do ativo	278.971	234.432

Para o segmento de minérios (exploração) não haverá investimentos significativos até o encerramento das suas atividades, previstas para 2019, que careça divulgação de fluxo de caixa descontado, exceto pelos gastos normais de manutenção da atividade, que são registrados no custo da operação.

25. Lucro por ação

Demonstramos a seguir o cálculo do lucro básico por ação:

	2015	2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	(20.908)	(51.613)
Ordinárias Preferenciais classe "A"	8.127 9.874	812.672 987.379
Preferenciais classe "B"	5.214	521.449
Lucro básico (prejuízo) por ação - R\$		
Ordinárias Preferenciais classe "A"	(0,009) (0,009)	(0,022) (0,022)
Preferenciais classe "B"	(0,009)	(0,022)

Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao lucro básico (prejuízo) por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

	Importância	
Ramos	segurada	Vencimento
Multiriscos (estoques) e riscos operacionais	987.268	Maio/2016
Lucros cessantes	266.692	Maio/2016
Responsabilidade Civil Geral	6.450	Maio/2016
Responsabilidade civil administradores e diretores	50.000	Maio/2016

As premissas e riscos adotados, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.
